



ENTREVISTA

Fernanda Giannasi

Não existe mais dúvida sobre a nocividade do Amianto

PÁGINA 11

# ANPT

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROCURADORES DO TRABALHO

## 24º ENPT promove interação entre procuradores do Trabalho de todo o Brasil

Foto: Ascom/ANPT



**A**conteceu em Natal, Rio Grande do Norte, o 24º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho. O evento contou com a presença de cerca de 450 pessoas de todo o Brasil, entre associados, familiares e convidados. Realizado entre os dias 4 e 7 de outubro, o ENPT propiciou conagraçamento e troca de experiência entre os seus participantes.

▶ PÁGINA 7

## Seminário sobre Trabalho Infantil, Aprendizagem e Justiça do Trabalho tem participação da ANPT

**P**ropor novos rumos na luta contra a exploração de milhares de crianças e adolescentes brasileiros, bem como promover o debate com a sociedade: esses foram alguns dos objetivos do seminário Trabalho Infantil Aprendizagem e Justiça do Trabalho. O evento aconteceu em Brasília nos dias 9, 10 e 11 de outubro, e contou com a presença da ANPT, que foi uma das entidades que apoiaram a sua realização.

▶ PÁGINA 12



Foto: Agência Brasil

### CONCURSO MPT

Dezenas de candidatos ao cargo de procurador do Trabalho participam da última etapa do certame

Página 5

### HOMENAGEM

Daniela Varandas e Ricardo Britto têm fotos descerradas na galeria de ex-procuradores-chefes da PRT-10

Página 6

Caro Associado,

É sempre motivo de grande satisfação reunir os colegas, ano após ano, em cada edição do Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho (ENPT), o que não foi diferente neste 24º ENPT, realizado no mês de outubro em Natal, Rio Grande do Norte, no qual contamos com a presença de cerca 450 pessoas, tornando o evento ainda mais especial. O Encontro propiciou inestimáveis conagração e troca de experiências entre associados, convidados, amigos e familiares.

Durante o ENPT, contamos com a entrega do prêmio Evaristo de Moraes Filho, na categoria melhor trabalho doutrinário. O certame, que está em sua 13ª edição, tem a finalidade de premiar e incentivar a produção doutrinária dos membros do Ministério Público do Trabalho. Durante a assembleia, por sua vez, também realizada no curso da programação do Encontro, os participantes puderam discutir e deliberar acerca de diversos assuntos de interesse de toda a categoria.

Ainda no mês de outubro, a diretoria da ANPT participou também de diversos compromissos com inegável repercussão social, a exemplo do julgamento iniciado no Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a questão concernente ao banimento do amianto no Brasil, bem como o II Simpósio Internacional sobre Tráfico de Pessoas, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e que teve a ANPT como entidade apoiadora, dentre outros temas de altíssima relevância e que fazem parte do cotidiano dos procuradores do Trabalho em todo o país. Ainda no período, participamos da inauguração da nova sede da Procuradoria do Trabalho no Município (PTM) de Petrolina (PE), ocasião na qual foi homenageado o Procurador Regional do Trabalho Morse Lyra, recentemente falecido e que dá nome ao prédio da PTM.

Em diversas oportunidades ao longo do mês, a ANPT se reuniu com os dirigentes das entidades de classe integrantes da Frente Associativa do Ministério Público e da Magistratura da União (Frentas), ocasiões nas quais, além de terem sido debatidos detalhes sobre a mobilização nacional dos membros das carreiras, foram discutidas novas estratégias de atuação, tanto junto a parlamentares quanto perante o governo, para a aprovação dos Projetos de Lei (PLs) que tratam da revisão dos subsídios de ambas as categorias.

O informativo deste mês conta, ainda, dentre diversos outros assuntos, com a entrevista da engenheira de segurança do Trabalho Fernanda Giannasi. Ela fala dos graves problemas de saúde que a exposição ao amianto provoca, dos estudos já realizados em todo o mundo que comprovam os seus riscos e sobre o julgamento do STF que pode declarar a inconstitucionalidade da lei federal que permite o uso controlado do mineral.

Boa leitura!

## Cobertura do 24º ENPT

Confira no *site* da ANPT, após efetuar *login* no Espaço do Associado, as fotografias do 24º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho, realizado em Natal/RN de 4 a 7 de outubro. Também foi preparada, para todos os Associados da ANPT, uma edição especial do Informativo, contendo toda a cobertura do evento. Não deixe de conferir!

## Assuntos legislativos da ANPT

Os associados da ANPT podem colaborar com a análise de projetos legislativos cuja tramitação a entidade acompanha, por meio da página eletrônica da ANPT, que conta com uma nova ferramenta que vai auxiliar na troca de informações entre a diretoria e os associados sobre os projetos de interesse da categoria que tramitam no Congresso Nacional.

O espaço pode ser acessado com um clique no *banner* localizado na página eletrônica da ANPT, especificamente no tópico “projetos”. Acesse [www.anpt.org.br](http://www.anpt.org.br).



## Semana de Valorização do MPT

A ANPT, conforme decidido pela categoria em Assembleia, promove de 7 a 14 de novembro a Semana de Valorização do Ministério Público do Trabalho, com a realização de atos conjuntos com as demais entidades

de classe representativas de membros do Ministério Público e do Poder Judiciário. Os atos em Brasília e em todo o país têm o objetivo de ressaltar o inconformismo da categoria em relação ao cenário de crescente desvalorização da carreira verificado ao longo dos últimos anos. Confira, na próxima edição do Informativo, a cobertura completa da Semana de Valorização do MPT.

### EXPEDIENTE Diretoria ANPT - Biênio 2012/2014

Carlos Eduardo de Azevedo Lima  
PRESIDÊNCIA

Daniela de Moraes do Monte Varandas  
VICE-PRESIDÊNCIA

Fabiano Holz Beserra  
SECRETARIA-GERAL

Ângelo Fabiano Farias da Costa  
DIRETORIA FINANCEIRA

Fábio Goulart Villela  
DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

José Cláudio Monteiro de Brito Filho  
DIRETORIA DE ASSUNTOS JURÍDICOS

Alberto Bastos Balazeiro  
DIRETORIA DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS

Alice Nair Feiber Sonogo Borner  
DIRETORIA DE ASSUNTOS SOCIAIS E DE EVENTOS

Yamara Viana de Figueiredo  
DIRETORIA DE COMUNICAÇÃO

Marcelo Adriano da Silva  
DIRETORIA

Renata Aparecida Crema Botasso  
DIRETORIA

Cândice Gabriela Arósio  
DIRETORIA

**INFORMATIVO ANPT:** Edição e redação: Gustavo Rocha, Isabel Carvalho, Revisão: Carlos Eduardo de Azevedo Lima, Projeto Gráfico e Diagramação: Júlio Leitão, Tiragem: 1.700 exemplares. **CONTATO:** Tel.: (61) 3224.5720, E-mail: [imprensa@anpt.org.br](mailto:imprensa@anpt.org.br), Site: [www.anpt.org.br](http://www.anpt.org.br), Endereço: SBS, Qd. 02, Bl. "5", Salas 1103 a 1105, CEP: 70070-904 – Brasília-DF.



## Frente Associativa do Ministério Público e da Magistratura da União discute atos de mobilização e de valorização das carreiras

Fotos: Ascóm/ANPT



Reunião da ANPT e da Anamatra

Ao longo do mês de outubro, as entidades de classe que compõem a Frente Associativa do Ministério Público e da Magistratura da União (Frentas) realizaram diversas reuniões com o objetivo de intensificar a mobilização pela valorização das carreiras, inclusive no que tange à organização e realização de atos conjuntos nesse sentido, demonstrando o inconformismo das categorias pela crescente desvalorização que vem sendo dispensada ao longo dos anos aos membros do MP e do Judiciário.

Nesse sentido, o grupo esteve reunido, no dia 23 de outubro, na sede da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), ocasião em que foram tais questões amplamente discutidas. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos



Representantes das entidades na AMPDFT

Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente, Daniela Varandas, representaram a entidade e levaram o posicionamento da categoria formada pelos membros do Ministério Público do Trabalho (MPT), conforme deliberado em assembleias realizadas tanto virtual quanto presencialmente, informando, ainda, que a ANPT realizaria em novembro a Semana de Valorização do MPT.

O grupo discutiu, também, a organização de atos conjuntos, assim como estratégias a serem adotadas para que se consiga atingir os objetivos almejados, buscando-se o alcance de uma efetiva e adequada política remuneratória para as carreiras. Já no dia 16 de outubro, o presidente a vice-presidente da ANPT haviam se reunido com os dirigentes da Anamatra para traçar estratégias comuns de atuação e adotar novas medidas conjuntas com o objetivo de otimizar os resultados do trabalho de articulação e mobilização, notadamente em relação aos atos que seriam realizados no período de 7 a 14 de novembro, quando a ANPT realizaria a Semana de Valorização do MPT e a Anamatra, juntamente com a Ajufe, realizaria a Semana Sem Conciliação.

Já dia 9 de outubro, os representantes das entidades associativas estiveram reunidos, na sede da Associação do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (AMPDFT), a fim de discutir temas de interesse de ambas as categorias, com o destaque para os Projetos de Lei (PLs) que tratam da recomposição do valor dos subsídios, o restabelecimento do Adicional por Tempo de Serviço (ATS), dentre outros, como novas estratégias de atuação no Congresso Nacional, junto ao Poder Executivo e às cúpulas do Poder Judiciário e do Ministério Público.

No dia anterior, o presidente da ANPT participou, também, juntamente com os presidentes da ANPR, Alexandre Camanho, da ANMPM, Ailton José da Silva, e da AMPDFT, Antônio Marcos Dezan, de reunião na sede da ANPR, na qual foram discutidas estratégias de atuação com relação mais direta com as entidades do Ministério Público da União na defesa dos interesses dos seus membros. **N**

## Realizada em Brasília prova oral de candidatos ao cargo de procurador do Trabalho

Foi realizado, entre os dias 23 e 25 de outubro, a última etapa, que consistiu em uma prova oral, do concurso para o provimento de cargos de procurador do Trabalho. Ao todo, 44 candidatos participaram dessa fase. A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), por meio de seu presidente, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, da vice-presidente, Daniela Varandas, e do

diretor financeiro, Ângelo Fabiano Farias da Costa, acompanhou essa etapa, que aconteceu na sede da Procuradoria-Geral do Trabalho, e aprovou 37 candidatos.

Este é o 17º concurso público para procurador do Trabalho. Os aprovados tomarão posse dia 3 de dezembro. A primeira parte do curso de formação será em Brasília, de 4 a 19 de dezembro. Depois, entre 7 e 22 de janeiro, a capa-

tação seguirá nas unidades de lotação dos novos procuradores.

A fase seguinte voltará a ser ministrada em Brasília, entre 23 de janeiro e 6 de fevereiro. Por último, de 18 de fevereiro a 28 de março, os novos procuradores terminarão sua formação nas unidades nas quais irão trabalhar. O concurso, dividido em quatro provas – objetiva, subjetiva, prática e oral – teve 7.906 inscritos. **N**

# I Encontro Nacional do MPT Ambiental tem presença da ANPT

Teve início, dia 18 de outubro, o I Encontro Nacional do MPT Ambiental, promovido pelo Ministério Público do Trabalho (MPT), em Brasília. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou da solenidade de abertura do evento, que teve a duração de dois dias, cujo objetivo principal foi capacitar e instituir metas de educação ambiental para o próximo ano.

Em seu pronunciamento, Azevedo Lima falou sobre a relevância da discussão de questões que se referem à gestão ambiental no âmbito do MPT, tendo em vista a importância que tem esse tema, ainda mais considerando o fato de ser voltado para a minimização dos impactos ambientais nas atividades desen-

volvidas pela instituição, além de estabelecer uma busca de melhoria contínua da gestão ambiental nessas atividades e no ambiente de trabalho. “É importante essa conscientização em membros e servidores, a fim de que, com os nossos atos, possamos dar a nossa contribuição para a construção e manutenção de um meio ambiente saudável e equilibrado, indispensável tanto para nós quanto para as gerações futuras”, disse.

Além do presidente da ANPT, compuseram a mesa de abertura do evento o vice-procurador-geral do Trabalho, Eduardo Parmeggini, e os procuradores do Trabalho Noedi Rodrigues da Silva, membro da Comissão Nacional de Gestão Ambiental, e Simone Beatriz Assis de Rezende, presidente da Comissão. **■**

## Daniela Varandas e Ricardo Britto têm fotos descerradas em galeria de ex-procuradores-chefes

A vice-presidente da ANPT, Daniela Varandas, teve sua foto descerrada, dia 9/10, na galeria de fotos dos ex-procuradores-chefes da Procuradoria Regional do Trabalho da 10ª Região (PRT-10), que abrange o DF e o Tocantins. O presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, prestigiou a solenidade, na qual se descerrou, também, a foto do procurador regional do Trabalho, Ricardo José Macedo de Britto Pereira, que esteve à frente da Regional do MPT entre os anos de 2007 a 2009.

Em sua manifestação, a vice-presidente da ANPT ressaltou que o período em que exerceu a chefia da Regional foi um verdadeiro aprendizado, que muito contribuiu para o seu crescimento profissional e pessoal. Falou, também, que nenhuma gestão é feita sozinha, e que sempre contou com a imprescindível colaboração dos procuradores e servidores da PRT-10, além do apoio de sua família.

Já o procurador regional do Trabalho Ricardo Pereira, disse que a experiência que teve ao ocupar o cargo de procurador-chefe foi de grande importância, dadas as oportunidades de aprendizado e crescimento, destacou, ainda, que a participação de todos que compõem a Regional foi de grande relevância para a realização de seu trabalho, porque “somente juntos é que conseguimos alcançar o êxito pretendido. A experiência é, na verdade, indescritível”, enfatizou.

O presidente da ANPT, por sua vez, revelou que participar da cerimônia



Procuradores homenageados e seus familiares

em que são homenageados procuradores do Trabalho que tanto contribuíram e contribuem para o engrandecimento e para o alcance de inegáveis conquistas para a instituição representa, sempre, um momento de alegria e de satisfação. Azevedo Lima elencou algumas atuações de destaque verificadas nos períodos em que a vice-presidente da ANPT e o procurador regional Ricardo Britto exerceram seus mandatos à frente da PRT-10, a exemplo da obtenção do terreno para a construção da sede própria da Regional e da inauguração da sede da unidade do MPT em Araguaína.

Azevedo Lima enfatizou, também, a preocupação com questões sociais durante os mandatos, tendo elogiado a iniciativa da então procuradora-chefe Daniela Varandas no sentido de



Descerramento das fotos

estreitar laços com sindicatos e com a sociedade civil, por meio da adoção de medidas concretas nesse sentido. “Parabens os dois por esta justa homenagem e pela grande contribuição que suas gestões trouxeram não apenas para esta Regional mas, também, para o MPT como um todo e para as sociedades do Estado do Tocantins e do Distrito Federal”, finalizou. **■**



## Banimento do amianto no Brasil pode ser definido pelo STF

O Supremo Tribunal Federal (STF) deu início, dia 31 de outubro, ao julgamento que vai apreciar se a utilização do amianto no Brasil será, definitivamente, proibida. Três Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) estão sendo julgadas pelo plenário da Corte (ADIs 4066, 3937 e 3357). A Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) é autora da ADI 4066, que questiona a Lei Federal nº 9.055/95, a qual permite a exploração e a utilização industrial e comercial do amianto branco (variedade crisotila).

Para o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, “já está mais do que na hora de se banir, de uma vez por todas, o amianto do Brasil. Está mais do que comprovado que a utilização desse mineral traz graves e incontáveis malefícios para a saúde dos trabalhadores e a sociedade como um todo”.

O julgamento, contudo, fora suspenso logo após o início apreciação, pelo Plenário da Corte, das ADIs 3357 e 3937, que questionam leis estaduais do Rio Grande do Sul e de São Paulo relativas ao uso do amianto. A suspensão se deu logo após o voto dos relatores dessas ações, ministros Ayres Britto e Marco Aurélio, respectivamente.

Primeiro a votar, Ayres Britto considerou as leis constitucionais, votando, portanto, pela improcedência das ADIs. Em seguida, o ministro Marco Aurélio apresentou seu voto pela procedência do pedido apresentado nas duas ações.

### ADI 3357

De relatoria do ministro Ayres Britto, a ADI 3357 foi ajuizada pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI). A autora contesta a Lei gaúcha 11.643, de 21 de junho de 2001, que proíbe a produção e comercialização de produtos à base de amianto no Estado do Rio Grande do Sul.

A entidade entende que ao proibir no estado a produção e o comércio de produto à base de amianto, a norma questionada violou o princípio da livre iniciativa previsto no artigo 170, pará-



Reunião entre ANPT e o ministro Carlos Ayres Britto

Foto: Andréa Mesquita

grafo único, da Constituição Federal, além de invadir a competência legislativa reservada à União, conforme os artigos 22, incisos XI e XII, e 24, inciso V e parágrafo 1º, da CF.

### ADI 3937

A ADI 3937, também de autoria da CNTI, é relatada pelo ministro Marco Aurélio. Por meio dela, é questionada a constitucionalidade da Lei 12.684/07, do Estado de São Paulo, que proíbe o uso de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou outros minerais que tenham na sua composição fibra de amianto.

A entidade alega que a norma paulista usurpa competência da União e entra em confronto com a Lei federal 9.055/95, que permite o uso controlado do amianto, da variedade crisotila, no país. A lei federal está sendo contestada no Supremo na ADI 4066, de autoria ANPT e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra). Ainda não há data agendada para a retomada do julgamento das ADIs, com o voto dos demais ministros.

### Reunião com o presidente do STF:

Dia 29 de outubro, o presidente do STF, ministro Carlos Ayres Britto, recebeu o presidente da ANPT e a vice-presidente, Daniela Varandas, acompanhados dos advogados do escritório Alino & Roberto, que representam a ANPT nas ações e são responsáveis, inclusive,

pelas sustentações orais durante o julgamento das três ADIs que estão sendo apreciadas pelo STF.

Durante o encontro, o grupo entregou ao ministro memoriais e subsídios em defesa do total banimento do amianto no Brasil, além da carta resultado da manifestação realizada no último dia 13/10, em Paris (França), em que representantes de 22 países pedem o fim da exploração e venda de amianto no Brasil.

O ministro Ayres Britto é relator das ADIs 4066 e 3357, referindo-se esta última à Lei Estadual nº 11.643/2001, que proíbe a produção e a comercialização de produtos à base de amianto no âmbito do Rio Grande do Sul. O grupo relatou ao presidente do STF a recente decisão da Justiça italiana, proferida no primeiro semestre deste ano, que condenou dois ex-sócios da multinacional belga-suíça Eternit a 16 anos de prisão e ao pagamento de 95 milhões de euros de indenização aos familiares de aproximadamente três mil vítimas da exposição ao amianto naquele país.

Além do presidente e da vice-presidente da ANPT, também participaram da reunião o sócio-diretor de A&R, Mauro Menezes, o advogado Alberto Pavie, da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), bem como o presidente da Associação Brasileira de Expostos ao Amianto (ABREA), Eliezer Souza, e a fundadora da entidade, Fernanda Giannasi. **N**

## Comissão executiva da Conatrae discute PEC do trabalho escravo

Foi realizada na manhã do dia 10 de outubro reunião da Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae), na sede da Organização Internacional do Trabalho (OIT) em Brasília. O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, representou a entidade durante o encontro, que discutiu novas estratégias de atuação em prol da aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do trabalho escravo, que tramita no Senado Federal desde maio.

Os participantes debateram a proposta de alteração da PEC apresentada pelo senador Cristovam Buarque (PDT-DF), o que não foi avaliado como positivo pelo grupo, tendo em vista que, ocorrendo tal alteração, a proposta teria que voltar, novamente, para a Câmara dos Deputados.



Reunião na sede da OIT

Foto: ASCOM/ANPT

Entre os outros temas debatidos durante a reunião, estavam a análise da subcomissão de assuntos econômicos da Conatrae sobre a responsabilidade da “lista suja”, a visita da relatora da Organização das Nações Unidas

(ONU), Gulnara Shahinian, a questão do orçamento de 2013 para o combate ao trabalho escravo e informações sobre o Encontro Internacional sobre o Novo Índice Global de Trabalho Escravo. **N**

## II Simpósio Internacional sobre Tráfico de Pessoas tem participação da ANPT

Com o objetivo de sensibilizar a sociedade e o meio jurídico para os diversos aspectos de tão grave questão e permitir a troca de experiências entre profissionais da área, aconteceu, nos dias 25 e 26 de outubro, no Tribunal Regional Federal da 3ª Região, em São Paulo, o II Simpósio Internacional sobre Combate ao Tráfico de Pessoas. O evento, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), contou também com a presença do presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, das procuradoras-chefes das Procuradorias Regionais do Trabalho da 2ª e da 15ª Regiões, Ana Elisa Segatti e Catarina Von Zuben, respectivamente, além de diversos membros de ambas as Regionais e de várias outras autoridades do Ministério Público, dos Poderes Executivo e Judiciário, bem como advogados, estudantes e representantes da sociedade civil.

O presidente do Tribunal Regional Federal da 3ª Região-TRF3, desembargador federal Newton De Lucca, abriu o Simpósio. Para ele, o crime de tráfico de pessoas, impulsionado pelo fenômeno da globalização, “é uma das formas mais



Mesa de abertura do Simpósio

Foto: ASCOM CNJ

desumanas de escravidão” e vitima cerca de 2,5 milhões de pessoas ao ano, movimentando 32 milhões de dólares, revelando-se como uma das atividades mais lucrativas do mundo. Salientou também a necessidade de um plano nacional de combate ao tráfico de pessoas e justificou esse esforço, “mesmo que seja ao menos para resgatar uma só pessoa”.

O conselheiro do CNJ Ney Freitas declarou que um dos maiores problemas no combate ao tráfico de pessoas é que as vítimas não se reconhecem como tal e não denunciam o crime. “Espero que tenhamos oportunidade de protagonizar o enfrentamento do tráfico de pessoas e,

para isso, é necessário comprometimento”, declarou o conselheiro. “Se salvarmos apenas alguns poucos, ainda assim terá valido a pena”, concluiu.

Durante o simpósio, o procurador do Trabalho Luiz Fabre, associado da ANPT, e o subdefensor público geral federal, Afonso do Prado, foram palestrantes no painel sobre exploração sexual e trabalho escravo. O Simpósio é voltado para o aperfeiçoamento de juízes, promotores, procuradores, defensores públicos, policiais civis e federais, entre outros, que atuam diretamente no combate a este crime. A ANPT foi uma das parceiras na realização do evento.

Com informações TRF3 **N**



## 24º ENPT reuniu cerca de 450 participantes em Natal

Cerca de 450 pessoas participaram, entre os dias 4 e 7 de outubro, em Natal (RN), do 24º Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho (ENPT), promovido pela Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT). Na solenidade de abertura, o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, destacou “a relevância da participação de colegas de todo o país neste Encontro, voltado para o congratamento e, de forma especial, para um maior estreitamento de laços e troca de experiências entre associados, familiares e convidados”.

Azevedo Lima explicou que, num intervalo de tempo relativamente curto, essa é a terceira vez que o encontro acontece em Natal, sempre após escolha realizada pela categoria em Assembleia, “demonstrando que a capital potiguar tem atraído, com suas inegáveis belezas naturais, seu potencial turístico e sua relevância histórica e cultural, os membros do Ministério Público do Trabalho do Brasil inteiro, da ativa e aposentados”.

Ele agradeceu ainda toda a equipe que esteve envolvida na organização do evento, entre diretores e funcionários da Associação, além dos associados lotados na Procuradoria Regional do Trabalho do Rio Grande do Norte, bem como a todos os participantes do ENPT. “Desejo um excelente evento para todos nós, nesta terra que o mestre Câmara Cascudo chamava de ‘a noiva do sol’ - e esperamos que esse noivado não sofra nenhum abalo pelos próximos dias -, de modo que, assim como temos, próximo daqui do local do nosso evento, um belíssimo, porém intenso, encontro das águas do Rio Potengi com o mar, venhamos a ter também um fantástico, não menos intenso e, esperamos, animadíssimo Encontro Nacional dos Procuradores do Trabalho”, concluiu, após dar as boas vindas a todos.

O procurador-chefe do MPT no Rio Grande do Norte, Rosivaldo da Cunha



Mesa de abertura



Participantes e convidados

Oliveira, ressaltou que “é uma satisfação recebê-los em minha terra. Espero que possamos, de forma harmoniosa, confraternizar e nos unir cada vez mais, o que reputo seja o intuito desse encontro”. O procurador-geral do Trabalho, Luis Antonio Camargo de Melo, por sua vez, falou sobre a necessidade de união entre os membros da instituição para garantir que se tenha um encontro produtivo. Ele parabenizou a ANPT pela organização e falou que essa é uma excelente oportunidade de aproximação entre os participantes. “É difícil encontrar colegas de todo o Brasil reunidos em um só lugar. Por isso, com esse evento, temos a chance de conhecer o trabalho e a realidade de cada um deles.”

Na mesma linha argumentativa, o corregedor nacional do Ministério Público, Jeferson Luiz Pereira Coelho, destacou a relevância do encontro e enfatizou que é “um momento de troca de ideias, de aproximação, de conhecer os trabalhos dos colegas de todo o Brasil”.

Além do presidente da ANPT, do procurador-geral do Trabalho, do procurador-chefe do MPT no Rio Grande do Norte e do corregedor nacional do MP, também compuseram a mesa de honra da abertura do evento, os conselheiros do CNMP Tito Amaral, Fabiano Augusto Martins Silveira e Adilson Gurgel, o diretor de comunicação social da ANMPM, José Carlos Couto de Carvalho, o presidente da OAB do RN, Paulo Eduardo Pinheiro Teixeira, o procurador-geral de Justiça do RN, Manoel Onofre de Souza Neto, o presidente da Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp), Cesar Bechara Mattar Junior, o presidente da Associação Luso-Brasileira dos Juristas Trabalhistas, João Pedro Ferraz dos Passos, o diretor da Associação dos juizes Federais do Brasil (Ajufe), Alisson Rêgo Beserra, e a defensora pública geral do Estado do RN, Jeanne Carenina Bezerra, que, durante o ato, representou a governadora do Rio Grande do Norte, Rosalba Ciarlini. **N**

## ANPT participa de eventos alusivos à Semana do Ministério Público Militar

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou dia 24 de outubro, na Procuradoria-Geral de Justiça Militar (PGJM), da inauguração da galeria dos corregedores-gerais do Ministério Público Militar (MPM). A solenidade foi um reconhecimento por tudo que esses corregedores-gerais e as equipes de servidores que os assessoraram fizeram pelo MPM.

A galeria apresenta, em ordem cronológica, fotos de todos os corregedores-gerais do MPM desde 1983. Desses, estiveram presentes à solenidade: Marco Antonio Pinto Bittar; João Ferreira de Araújo; José Carlos Couto de Carvalho; Mário Sérgio Marques Soares; Roberto Coutinho; Marisa Terezinha Cauduro da Silva; Péricles Aurélio Lima de Queiroz; e Nelson Luiz Arruda Senra.

O descerramento da galeria foi feito pelo atual corregedor-geral, Jorge Luiz



Foto : ASCOM/ANPT

Presidente da ANPT e PGJM Marcelo Weitzel

Dodaro, e pelo corregedor-geral, em 1994, João Ferreira de Araújo. Ainda na ocasião, a Associação Nacional do Ministério Público Militar prestou uma homenagem ao procurador-geral Marcelo Weitzel, presidente da (ANMPM), no período de 2003 e 2012, com o descerramento de uma

placa a ser afixada na sede da Associação. Também foram homenageados com uma placa comemorativa os membros do MPM do concurso de 1992, que acabam de completar 20 anos de atuação no MPM. A cerimônia foi encerrada com a apresentação do coral do MPM.

### SEMANA DO MPM

A presidência da ANPT também esteve presente na abertura da Semana do MPM, no auditório da PGJM. O evento celebrou o 92º aniversário do MPM, comemorado dia (30/10), bem como o Dia do Servidor Público, celebrado dia (28/10). Durante os três dias, houve palestras informativas, cursos, oficinas e diversas outras atividades. A palestra de abertura da Semana do MPM, “A política de defesa em uma sociedade democrática”, ficou a cargo do ministro da Defesa, Celso Amorim. **N**

## Diretoria da ANPT recebe visita da SINASEMPU

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, e a vice-presidente, Daniela Varandas, receberam dia 17 de outubro a visita do diretor do Sindicato Nacional dos Servidores do MPU e do Conselho Nacional do Ministério Público (Sinasempu) Aroldo Galindo. Entre os assuntos discutidos, durante a reunião, estavam a possibilidade de atuação conjunta em temas de interesse para ambas as categorias, bem como medidas que visam à valorização das duas carreiras.

Outro tema abordado foi o Mandado de Segurança impetrado pelo procurador-geral da República, Roberto

Gurgel, no Supremo Tribunal Federal (STF), para que a presidente Dilma Rousseff observe a autonomia do MPU no que diz respeito ao seu Orçamento. Azevedo Lima destacou, na ocasião, que a ANPT, juntamente com as demais entidades de classe dos membros do MPU, teria encaminhado requerimento ao PGR pedindo prioridade

para a manifestação do Ministério Público nos Mandados de Injunção, de autoria das entidades que compõem a Frente Associativa do MP e da magistratura, que tratam da omissão do Congresso Nacional em apreciar os Projetos de Lei que visam à recomposição do valor dos subsídios das categorias.



Foto: ASCOM/ANPT

Reunião na sede da ANPT



# ANPT participa de Seminário sobre Trabalho Infantil, Aprendizagem e Justiça do Trabalho

O presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho, (ANPT), Carlos Eduardo de Azevedo Lima, participou, dia 9 de outubro, da abertura do seminário Trabalho Infantil, Aprendizagem e Justiça do Trabalho. O evento, realizado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) e pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST), tem como objetivo promover o debate com a sociedade acerca de tão relevante matéria. Autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como dezenas de membros do Ministério Público de todo o país, estiveram reunidos em Brasília para propor novos rumos na luta contra a exploração de milhares de crianças e adolescentes brasileiros.

Para Azevedo Lima, o tema do seminário não poderia ser mais adequado, destacando, ainda, que, “conquanto seja imprescindível o combate aos exploradores do trabalho infantil e a retirada dessa situação das crianças e adolescentes encontrados trabalhando, urge, também, a efetivação de políticas públicas e a adoção de medidas eficazes para mudar essa realidade, merecendo ênfase a necessidade de uma verdadeira mudança cultural em toda a sociedade, que não pode continuar achando normal que crianças trabalhem e percam, com isso, qualquer perspectiva de um futuro digno.”

O presidente do TST, ministro João Oreste Dalazen, afirmou, na ocasião, que ninguém pode ficar indiferente a essa questão, e conclamou a todos para uma união cívica para extirpar o trabalho infantil. “Se a sociedade deixar a infância ser aniquilada, não existirão homens prontos para corresponder às expectativas da prosperidade”, disse. Ele citou números alarmantes do trabalho infantil em várias regiões do mundo, envolvendo escravidão e pedofilia - crianças que acabam recrutadas por redes de tráfico de drogas e do crime organizado.

De acordo com o ministro, só no Brasil, dados do IBGE relativos a 2011 denunciavam que 3,6 milhões de crianças entre



Autoridades durante a solenidade de abertura do evento

5 a 17 anos trabalham. Para Dalazen, o trabalho infantil atrai diversas consequências deletérias para a criança, além do sofrimento pessoal. Segundo ele, são crianças que não vão à escola porque trabalham e que acabarão se tornando adultos pobres. “Isso mantém o ciclo vicioso da miséria”, afirmou.

“Todos devem olhar com atenção para a educação e a felicidade das crianças e lutar para que o esplendor da infância não seja ceifado pelo trabalho precoce. Os problemas futuros dos nossos filhos são nossos erros de hoje”, concluiu o presidente do TST.

**Palestra de abertura:** A conferência de abertura foi proferida pelo ativista de direitos humanos da Índia e atuante no movimento global contra a escravidão e a exploração do trabalho infantil Kailash Satyarthi. Indicado ao Prêmio Nobel da Paz em 2006, ele falou sobre os desafios e perspectivas da erradicação do trabalho infantil. Satyarthi também é responsável pela libertação de mais de 60 mil crianças exploradas e é fundador-presidente da Marcha Global contra o trabalho infantil e da Coalização Sul-Asiática sobre escravidão infantil.

Satyarthi iniciou sua conferência explicando que as diversas crises globais enfrentadas pela humanidade como fome, terrorismo e falta de combustíveis, entre outras, nos forçam a pensar de forma diferente. Para o indiano, o trabalho

infantil é um desses problemas globais e por isso é preciso pensar em soluções globais para a questão da infância. Ele revelou, por exemplo, que os gastos mundiais com consumo de cigarros, armas ou cosméticos resolveriam de uma vez por todas os problemas de educação infantil.

“O *apartheid* acabou, caiu o muro de Berlim, o homem chegou a Marte, as pesquisas chegaram à chamada partícula de Deus - esse é o lado positivo do progresso”, expõe Satyarthi, lembrando, contudo, que ainda vivemos em um mundo em que milhões estão em situação de extrema pobreza, sem acesso a água potável e sem educação.

O palestrante contou, também, diversos casos “chocantes” que acompanhou durante sua experiência como ativista de direitos humanos na Índia e revelou que ao se reunir com autoridades mundiais, ouviu muitas vezes que as crianças pobres precisam trabalhar para não morrer. Para ele isso é um mito. “Não é a pobreza que perpetua o trabalho infantil, mas o trabalho infantil que perpetua a pobreza”, enfatizou. Segundo ele, as crianças não podem esperar. “Se as crianças trabalharem elas não vão se desenvolver e o ciclo da pobreza vai se perpetuar”. Os esforços para erradicar o trabalho infantil são muito importantes, concluiu Satyarthi.

\* Com informações Ascom/TST 

# CONVÊNIOS ANPT

EMPRESA / INSTITUIÇÃO CONVENIADA	O QUE OFERECE?	COMO UTILIZAR?
<b>LOCALIZA RENT A CAR</b> Endereço: Avenida Bernardo Monteiro nº 1563, Funcionários – Belo Horizonte – MG Pessoa de contato: Carolina Lima E-mail: carolina.lima@localiza.com Telefones: 31 3247-7887	Desconto de 10% sobre a tarifa especial de Km livre (T501) para aluguel de veículos.	O associado deverá informar o código do convênio no momento da reserva pela central 24h Localiza (0800 979 2000) e também no pagamento da locação, nas agências Localiza.
<b>COMPRA CERTA</b> Consul/Brastemp	Descontos exclusivos para associados da ANPT.	É necessário informar o número do cpf e o código de acesso criado para os associados – DYNAMUS. Ou ligue para 4004-0019 (capitais e regiões metropolitanas) 0800 722 0019 (demais localidades). Tecle a opção 3 e informe o código: DYNAMUS
<b>LTR EDITORA</b> Endereço: Rua Jaguaribe 571, Santa Cecília, São Paulo – SP   CEP: 01201-904 Pessoa de contato: Nelson E-mail: redator@ltr.com.br Telefone: 11 2167-1121	Desconto de 30%	O associado deverá manter contato com a editora e comprovar que faz parte do quadro associativo.
<b>CHURRASCARIA FOGO DE CHÃO</b> Endereço: SHS Quadra 5 bloco E Brasília - DF - Telefone: 61 3322-4666	Desconto de 10% no almoço e 15% no jantar (apenas para filial Brasília)	O associado deverá fazer reserva pelo telefone 61 3322-4666.
<b>POUPEX</b>	Condições especiais de crédito imobiliário para compra de imóvel, novo ou usado, ou construção em lote próprio.	O associado deverá acessar <a href="http://www.poupex.com.br/psp">www.poupex.com.br/psp</a> ou ligar 0800 61 3040 para conferir as vantagens.
<b>Pedra da Laguna Lodge &amp; SPA</b>	Desconto de 20% de sobre o preço das diárias normais, entre outros benefícios.	Acesse a área restrita do <a href="#">site</a> da ANPT
<b>COOMPERJ</b> Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Integrantes do Ministério Público no Estado do Rio de Janeiro	Empréstimos pessoais com taxas diferenciadas e desconto em folha	O associado deverá entrar em contato pelo telefone: 21 2506-2700
<b>Importadora e distribuidora de vinhos Obra Prima</b>	Preços diferenciados para associados da ANPT	Acesse a área restrita do <a href="#">site</a> da ANPT para mais informações e para conferir a carta de vinhos
<b>GRUPO CAO A (HYUNDAI, SUBARU)</b> Endereço: Av. Ibirapuera, 2400 Moema. São Paulo - SP   CEP: 04028-002	Veículos das marcas HYUNDAI e SUBARU com preços e condições especiais praticados para frotistas	O associado deverá procurar diretamente os consultores: Karin Melo: 11 3060-2076 99871-1668 - <a href="mailto:karin.frotista@caoa.com.br">karin.frotista@caoa.com.br</a> ; Fernando Ekstein : 11 5643-3632 / 7831-3756 - <a href="mailto:fernando.frotista@caoa.com.br">fernando.frotista@caoa.com.br</a> ; Paulo Rogerio, : 11 5643-3664 - <a href="mailto:plouren.frotista@caoa.com.br">plouren.frotista@caoa.com.br</a>
<b>HONDA AUTOMÓVEIS DO BRASIL</b>	Veículos com preços e descontos praticados para frotistas (6,5%)	O associado deverá procurar uma concessionária HONDA e emitir declaração, por meio do Espaço do Associado, no site da ANPT, comprovando que faz parte do quadro associativo.
<b>QUALICORP</b> Endereço: Calçada dos Gerânios, nº 9, Barueri – SP   CEP: 06453-14 Pessoa de contato: Nilva Ramos Silvino E-mail: <a href="mailto:nsilvino@qualicorp.com.br">nsilvino@qualicorp.com.br</a> Telefones: 61 3701-2221/7811-0462	Plano de saúde coletivo por adesão com preço especial.	O associado deverá entrar em contato pelo telefone 0800-7774004
<b>APMP - Turismo</b>	Vantagens exclusivas em viagens a trabalho ou a lazer. Convênio válido para todo o território nacional.	O associado deverá entrar em contato pelo telefone 11 3188-6464 ou pelo e-mail: <a href="mailto:convenios2@apmp.com.br">convenios2@apmp.com.br</a>
<b>WAL-MART</b>	Desconto de 5% em mais de sessenta mil produtos do <a href="#">site</a> , além de 10% em diversas categorias.	Como utilizar: Acesse <a href="http://www.walmart.com.br/anpt">www.walmart.com.br/anpt</a> ou pelo tele vendas 3003-6000, informando o código "ANPT"

Para conferir mais detalhes e os outros convênios firmados pela ANPT acesse a área restrita do [site](#). O endereço é [www.anpt.org.br](http://www.anpt.org.br)





## ENTREVISTA

## “Instituições de saúde do mundo todo têm posição firmada sobre o efeito carcinogênico do amianto”.

*A engenheira de segurança do trabalho Fernanda Giannasi aborda os malefícios que o amianto traz para a saúde dos trabalhadores. Discute, ainda, as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) que estão em processo de julgamento no STF. Para ela, não existe nível seguro e controlado de utilização da substância. Confira.*

**Há cerca de dois anos, em entrevista concedida ao Informativo da ANPT, a senhora afirmou que faltava “vontade política” para que houvesse o fim da utilização do amianto no Brasil. Passado esse período, e com o julgamento das ADIs que tratam da matéria recentemente iniciado e interrompido no STF, como avalia o cenário atual em relação ao tema?**

Pouca coisa avançou do ponto de vista dos poderes Executivo e Legislativo federais, já que o relatório da comissão interministerial e projetos de lei continuam dormitando nas gavetas tanto do Palácio do Planalto como do Congresso Nacional, respectivamente. Pelo andar da carruagem, temo que fiquem ali por muito mais tempo ainda. No judiciário, onde depositamos nossas últimas esperanças, continuamos num impasse, pois, apesar de iniciado o julgamento sobre as leis dos estados de São Paulo e do Rio Grande do Sul ser ou não declaradas constitucionais, invadirem ou não competência exclusiva da União, e estarmos praticamente empatados no placar, entre votos válidos e manifestados, não se sabe quando este debate interrompido voltará à plenária do Supremo. A ADI que trata da inconstitucionalidade da lei federal que permite o uso controlado do amianto e tem como relator o atual presidente da Corte, ministro Carlos Ayres Britto, que se aposenta dia 18 de novembro, não pôde ser apreciada por falta de quórum e provavelmente ficaremos sem este importante voto, o que lamentamos profundamente.

**Acredita que ainda existam dúvidas em relação à nocividade do amianto? Esse seria uma dos entraves enfrentados para que ocorra o seu banimento?**

Esta é uma falsa discussão e não mais se sustenta, pois as principais e mais

renomadas instituições de saúde do mundo têm posição firmada sobre o efeito carcinogênico do amianto para os seres humanos. Entre elas, a Organização Mundial da Saúde, que, em seu Critério de Saúde Ambiental 203 sobre o Amianto Crisotila, de 1988, afirma que “a exposição ao amianto Crisotila acarreta riscos aumentados para a asbestose, câncer do pulmão e mesotelioma, de maneira dose-dependente, e que não foram identificados limites abaixo do qual seja segura a exposição para os riscos de câncer”. Portanto, não há o propalado uso seguro ou controlado do amianto crisotila de Goiás. A dúvida é, sim, um “produto” criado pela indústria do amianto a cada nova evidência e certeza científica, apenas com objetivo procrastinatório sobre uma decisão que todos estão cientes que virá - a proibição do amianto-, tanto é que as indústrias já falam em modulação de efeitos, no caso do STF declarar a inconstitucionalidade da lei federal do uso controlado. No dia 7 de novembro último, ao ser debatida a lei de banimento do amianto no município de Curitiba e na iminência de uma debacle total, as empresas articulavam não mais a continuidade *ad aeternum* do amianto, mas sim o prazo para a chamada “transição segura” para mudança para a tecnologia *asbestos-free* ou isenta de amianto.

**Qual a posição do Brasil, atualmente, em relação à produção e à comercialização do amianto no cenário internacional? Como se dá o trato da questão no âmbito dos países desenvolvidos?**

O Brasil é atualmente o terceiro maior produtor mundial, atrás apenas da Rússia e China, com uma produção média de 302 mil toneladas/ano (dados de 2011), que corresponde a 15% do total mundial. É o segundo maior exportador (depois da Rússia) e o quarto

maior utilizador, atrás da China, Índia e Rússia. O Brasil, portanto, está numa posição de destaque na geopolítica mundial do amianto, a bem dizer na contramão, já que 66 países em todos os continentes proíbem a produção, utilização e comercialização do mineral reconhecidamente cancerígeno.

**Recentemente, o Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da Bahia manteve sentença que condenou uma empresa que explora a produção do amianto a indenizar um ex-funcionário que poderá desenvolver doenças pulmonares por ter inalado amianto. Como essa questão é tratada no restante Brasil e nos demais países, a exemplo da comunidade europeia?**

Para nós, no Brasil, a tese do dano presumido é uma questão ainda muito nova e pouco discutida. Certamente, ainda vai gerar muita polêmica e resistência dos tribunais mais conservadores. Mas há precedentes relevantes e recentes, como, por exemplo, o ocorrido no julgamento do processo crime contra a ETERNIT na Itália, em 13 de fevereiro deste ano, em Turim, onde o vértice empresarial foi condenado a 16 anos de prisão e ao pagamento de 100 milhões de Euros pelos danos causados a, aproximadamente, 3.000 cidadãos vitimados pela fibra mortal do amianto. No elenco dos que se constituíram como parte civil, neste rumoroso processo, há um grupo considerado de alto risco de desenvolver doenças relacionadas ao amianto, submetidos a um enorme sofrimento psíquico e para quem foi determinado pagamento de indenização pelo dano presumido. É sem sombra de dúvidas um grande avanço no meu entender e, se prosperar, pode mudar radicalmente o curso da história contemporânea das relações de trabalho. **N**

# ANPT participa da inauguração da PTM de Petrolina e homenageia Morse Lyra Neto

O Ministério Público do Trabalho (MPT) inaugurou em Petrolina, Pernambuco, nova instalação da Procuradoria do Trabalho no município. A unidade está localizada no edifício Morse Lyra Neto e já está aberta à população desde o dia 5 de novembro. A solenidade de inauguração contou com as presenças do presidente da Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT), Carlos Eduardo Azevedo Lima, do procurador-geral do Trabalho, Luís Camargo, do procurador-chefe da Procuradoria Regional do Trabalho da 6ª Região, Fábio Farias, dentre outras autoridades.

“É sempre motivo de grande satisfação, para a ANPT, ter a oportunidade de testemunhar a instalação de novas sedes de unidades do MPT, o que possibilita uma prestação de serviços de maneira ainda mais eficaz na defesa dos direitos sociais e individuais indisponíveis, notadamente em questões tão caras à sociedade, como o combate ao trabalho escravo, ao trabalho infantil, às fraudes trabalhistas, inclusive na Administração Pública, à discriminação nas relações de trabalho e tantas outras atuações relevantes que são desempenhadas pela PTM de Petrolina, com atuação em 55 municípios do sertão e de parte do agreste de Pernambuco, numa área que abrange um milhão e meio de pessoas”, destacou o presidente da ANPT, Carlos Eduardo de Azevedo Lima.

Ele ressaltou, ainda, que, em relação ao meio ambiente do trabalho, “essa sede ora inaugurada tem uma relevância especial, já que se nós, do MPT, cobramos, como é nosso dever, o efetivo cumprimento das normas relativas à saúde e à segurança do trabalho, precisamos dar o exemplo ‘em nossa casa’, e para isto essas excelentes instalações prestam-se a tão nobre objetivo com louvor, permitindo aos membros, servidores, estagiários, terceirizados e usuários em geral um ambiente laboral de inegável qualidade”.

O presidente da ANPT enfatizou também a importância da “justa homenagem prestada ao procurador regional do Trabalho Morse Lyra Neto, que tantos e tão relevantes serviços prestou, na defesa dos direitos sociais, às sociedades pernambucana e brasileira, destacando-se, ainda, no cenário político e cultural, conforme por todos reconhecido, de modo que não poderia ser mais merecida a homenagem prestada pelo MPT a este membro que, com o seu trabalho, tanto honrou a instituição”, disse Azevedo Lima.

Durante a cerimônia, o procurador-chefe do MPT em Pernambuco, Fábio Farias, falou sobre a conquista do novo prédio, que começou durante administrações anteriores. “É importante nesse momento reconhecer todos os esforços para a concretização dessa realização. Agradecemos, portanto, ao procurador Regional Manoel Goulart, que, quando chefe, articulou com a prefeitura da cidade de Petrolina um terreno para a procuradoria junto ao então prefeito Fernando Bezerra Coelho”.



Nova sede do MPT em Petrolina, edifício Morse Lyra Neto

No discurso, Farias lembrou o empenho dos demais membros e servidores, homenageando, na ocasião, a assessora jurídica, Dayse Tavares Cavalcanti de Moraes, e o diretor de Administração, Ezequiel Santos. Agradeceu ainda aos parlamentares Fernando Ferro e Raul Henry, bem como ao senador Armando Monteiro Neto, pelas emendas revertidas para a causa.

Presente na solenidade, o procurador-geral do Trabalho, Luís Camargo, comentou sobre importância do novo espaço para a região. Destacou ainda as contribuições do procurador Regional Morse Lyra Neto, falecido em julho passado e que teve o nome dado ao edifício. A homenagem considerou os incontáveis feitos de Morse em defesa dos direitos dos trabalhadores.

A placa foi descerrada pela procuradora-chefe substituta Maria Ângela Lobo Gomes e pela procuradora do Trabalho Carolina Mesquita, coordenadora da unidade. A fita simbólica do prédio foi cortada pelo filho do homenageado, Fernando Antônio Lyra.

**Sede** - O novo prédio, construído em pouco menos de um ano, conta com estrutura de 670 metros quadrados, dispendo de salas de denúncias e audiências, biblioteca e estacionamento para o público. Toda a obra está adaptada para pessoas com deficiência. Instalado desde 2005 em Petrolina, o MPT funcionava no Centro de Convenções, em espaço cedido pela Prefeitura. Com a mudança, o órgão pretende acomodar melhor a atual equipe de trabalho, bem como prestar melhor serviço à população da região, que é de aproximadamente 1,5 milhão de pessoas. A estrutura interna do MPT é de dois procuradores do Trabalho, cinco servidores, somados os do quadro e cedidos, dois estagiários e oito terceirizados, que dão suporte na vigilância, serviços gerais e copeiragem. **■**



Discurso do presidente da ANPT